

c.2

Distr.  
RESTRINGIDA  
LC/R.431  
30 de mayo de 1985  
ORIGINAL: PORTUGUES

---

C E P A L  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe



JUVENTUDE POPULAR URBANA E POBREZA POLITICA \*/

---

\*/ Este documento fue preparado por el señor Pedro Demo, consultor de UNICEF Brasilia, como aporte a las actividades que la CEPAL está llevando a cabo en relación con el Año Internacional de la Juventud. Las opiniones expresadas en este trabajo son de la exclusiva responsabilidad de su autor y pueden no coincidir con las de UNICEF o CEPAL.

85-5-751



## Indice

	<u>Pagina</u>
Resumo.....	1
1. Traços da Situação Educacional Brasileira.....	2
2. Idéias iniciais sobre "pobreza política".....	8
3. Juventude e Pobreza Política.....	18
Notas.....	27
Anexo: Mapa do Brasil com respectivas siglas Tabelas sobre educação básica.....	30



## Resumo

Trata-se de um esforço preliminar, que tenta discutir de forma inicial a problemática da pobreza política na juventude popular urbana em particular, e na juventude em geral, compreendida mais ou menos entre as idades de 15 a 25 anos. Não vamos discutir definições do que seria "juventude" e nos bastamos, no momento, com esta indicação empírica provisória (pessoas entre 15 e 25 anos de idade). Também não pretendemos elaborar uma teoria aprofundada sobre pobreza política, mas tão somente iniciar uma possível discussão nesta rota<sup>1/</sup>.

Tomaremos como referência factual mais próxima a situação educacional do Brasil, tanto porque nos parece pertencer a educação à esfera política no sentido de ser um dos canais mais importantes de participação política, quanto porque a situação educacional brasileira em 1980 se presta a visualizar traços marcantes do que gostaríamos de chamar de pobreza política. Tal base factual é apenas indicativa e toca a questão de maneira somente indireta. A rigor não "prova" nada, mas torna compreensíveis conseqüências políticas relevantes, sobretudo se levarmos em conta o momento histórico que hoje vivemos na América Latina, marcado pela ansiedade democrática.

Por outra, não se trata de generalizar as condições históricas do Brasil que, por isso mesmo, não "representa" a América Latina e o Caribe. O possível interesse desta problematização está em chamar a atenção para a dimensão política da realidade juvenil, sem desmerecer a preocupação já clássica em torno da pobreza material, centrada nas precariedades exacerbadas em termos de acesso à renda, ao mercado de trabalho, à nutrição etc. Por se tratar

de um campo relativamente novo e de definição muito movediça, não podemos levantar mais que uma pretensão preliminar e incipiente<sup>2/</sup>.

Organizaremos a elaboração em três partes principais: a primeira se dedica a considerações factuais sobre a realidade educacional brasileira, à luz de dados do Censo Demográfico de 1980; a segunda busca penetrar de forma preambular na questão da pobreza política; a terceira tenta aplicar a questão à juventude, com vistas a indicar um horizonte possível de discussão relevante no momento atual.

### 1. Tracos da Situação Educacional Brasileira

Anexo a este trabalho encontramos alguns elementos empíricos sobre a educação básica brasileira, colhidos em contribuições do próprio Ministério da Educação baseadas, de modo geral, nos dados do Censo Demográfico de 1980. Tendo em vista a precariedade assustadora do sistema educacional, o Ministério tem fomentado o esforço de documentação empírica da realidade sob várias formas, o que permite hoje diagnósticos mais precisos<sup>3/</sup>.

Não se trata aqui, ademais, de garantir a validade de tais dados, nem de questioná-los em profundidade. Mesmo reconhecendo inconsistências importantes, que vão desde divergências típicas entre dados do Censo (mais negativos e duros) e dados de órgãos internos do Ministério (por exemplo, do SEEC - Serviço de Estatística da Educação e da Cultura, mais positivos e otimistas) até divergências sobre a capacidade indicativa de certos índices, não é o caso aqui de explorá-las, por uma razão muito simples: a situação da educação básica é de tal modo deficitária, que a discussão em torno de filigranas estatísticas pode ser um jogo pernóstico.

Ainda assim, é certamente válido afirmar, como faz Willadino, que as condições de melhoria do perfil educacional são perceptíveis, embora nos pareça que a permanência teimosa de estratégicos pontos de estrangulamento ainda é o fato mais marcante<sup>4/</sup>.

Referimo-nos apenas a dimensões da educação básica, definida geralmente como a questão do 1º Grau e da superação do a

nalfabetismo. Fazemos isto também porque este nível é reconhecidamente o mais estratégico para a formação da cidadania. O 1º Grau não tem, no fundo, outra finalidade. Aprender a ler, escrever e contar, mesmo se se fizesse somente isto, sua importância substancial está na instrumentação primária e primeira para o exercício da cidadania<sup>5/</sup>.

Antes de nos referirmos a idades específicas da juventude, convém repassarmos alguns dados gerais. A Tabela IV (em suas várias formas) indica sobretudo a dificuldade extrema de permanência no sistema por parte da população escolarizável (entre 7 e 14 anos). Numa seqüência de coortes, que principiam em 1972 na 1.ª série do 1º Grau, vê-se que a 2.ª série se reduz a apenas 52% em 1973, o que significaria uma perda de quase metade da população já no início do fluxo. Em 1979, teríamos na 8.ª série menos de 20%.

A montagem de tal fluxo pode ser questionada, porque ignora um fenômeno fundamental da realidade brasileira, que é a distorção idade/série (veja Tabela VI). A taxa de escolarização (Tabela VIII) é particularmente afetada por tal problemática, pois toma em conta somente a população escolarizável na respectiva limitação de idade (7 a 14 anos). Se assim é que, apenas 24% estariam na idade correta, é importante não se ater apenas à taxa dita "real" de escolarização, mas recorrer igualmente a taxas "virtuais".

Sem desconhecer a questão, mas atendo-se somente aos aspectos indicativos de tais construções estatísticas, está claro que fica uma impressão de extrema precariedade. Os dados do Censo são mais duros também porque são colhidos em setembro, coincidindo já com o que seria matrícula final, ao contrário de dados internos do Ministério, que freqüentemente se referem à matrícula inicial, sabidamente mais intencional, do que real.

Em primeiro lugar, a taxa de escolarização (Tabela VIII) de apenas 67,7% para o país significa que mais de 30% da população escolarizável não se encontrava na escola, seja porque a havia abandonado prematuramente, seja porque ultrapassara os 14 anos. Se lembrarmos que em 1970 a taxa era quase a mesma (por volta de 67,2%), na década não se fez muito mais do que cuidar apenas do crescimento vegetativo da população.

Encontramos somente uma taxa acima de 90%, no Distrito Federal, mas que apresenta uma situação atípica: além de capital federal, não possui praticamente zona rural e é uma área muito pequena. Três taxas se colocavam acima de 80% (Rio de Janeiro, São Paulo — na Região Sudeste, e Rio Grande do Sul — na Região Sul), e outras 4 acima de 70%, todas nas Regiões Sudeste e Sul. A Região Nordeste como um todo tinha mal e mal a metade (49,9%) das crianças escolarizáveis na escola, variando nos respectivos Estados entre 41% e 61%. Em que pesem todas as deficiências possíveis deste tipo de taxa, não deixa de insinuar uma situação inacreditavelmente precária. Basta lembrar que o Estado da Bahia, um dos mais significativos da região nordestina, apresentava a taxa de escolarização de apenas 46,4%.

Em termos de fluxo escolar do 1º Grau, as Tabelas IV, IV-A, IV-B e IV-C destacam o problema por região, do ponto de vista urbano. A visão é um pouco mais favorável, se comparada com a média nacional, e sobretudo com a zona rural. A Tabela V indica a mesma perspectiva, sob a ótica de "índices de eficiência escolar", na zona urbana e rural. Quanto à zona urbana, chegariam à 4ª série do 1º Grau 43,9% e à 8ª série 26,6%, no caso da média nacional. Destaca-se a Região Sul, com 57,2% e 40,8% respectivamente, mas ainda assim com eficiência muito baixa. Na zona rural, o atingimento da 4ª série já é extremamente minoritário, e da 8ª série quase inexistente.

As dificuldades do fluxo escolar se condensam de certa forma na distorção idade/série: insinua em parte a entrada tardia no sistema, ou a retomada intermitente e tardia, ou a freqüente repetência. A Tabela I (embaixo) mostra sucintamente que havia em 1980 quase 1 (hum) milhão de pessoas no 1º Grau com idade acima de 20 anos (para uma população na escola de 14,8 milhões). Segundo a Tabela VI, o Ministério da Educação constatava, para 1982, nada menos que 76% de idade distorcida no 1º Grau.

Passando para o plano mais específico da juventude (aqui entre 15 e 24 anos), a Tabela I indica que, na faixa entre 15 e 19 anos havia, em 1980, sobre um total de 13,6 milhões de pessoas, 17,03% sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo; 18,47% tinham



4 anos de estudo; 9,45%, 8 anos de estudo. Com 8 e mais anos de estudo, ou seja, com pelo menos 1º Grau completo, somente apareciam 21,51%. Na faixa entre 20 e 24 anos, a situação é muito semelhante, aumentando um pouco a percentagem de pessoas com 8 e mais anos de estudo para 31,13%.

Tomando-se a população com 15 anos e mais, num total de 73,3 milhões, 27,42% tinham menos de 1 ano de estudo ou se apresentavam sem instrução alguma; somente 21,93% tinham 4 anos de estudo (o que coincide com o antigo "primário" de 4 anos, hoje aglutinado no 1º Grau de 8 anos); com 8 anos de estudo apareciam apenas 6,32%. A comparação entre zona urbana e rural é muito marcante: tomando-se somente a referência à categoria "sem instrução e menos de 1 ano de estudo", na zona rural apresentavam-se 50,31%, enquanto que na zona urbana 17,92%.

Assim, a média de anos de estudo no Brasil é marcadamente baixa, como aponta a Tabela II-A: para o País, apenas a média de 4,03 anos de estudo na população de 15 anos e mais; a maior média se encontrava na Região Sudeste (4,81), com expressiva liderança do Rio de Janeiro (5,56); a maior média seria de Brasília (Distrito Federal), com 6,34, embora se constitua numa situação artificial e atípica. Todos os outros Estados tinham média abaixo de 5, mesmo São Paulo com 4,97. A média mais baixa era da Região Nordeste, com 2,57 anos de estudo, variando nos Estados entre 2,11 no Maranhão e 3,14 em Pernambuco.

No que concerne ao analfabetismo (diferente da categoria "sem instrução e menos de 1 ano", porque esta inclui ainda as pessoas com menos de 1 ano de estudo), a faixa entre 15 e 19 anos (Tabela II-B) manifestava 16,5% sobre um total de 2,2 milhões, e a faixa entre 20 e 24 anos, 15,6% sobre um total de 1,8 milhões. Na área urbana as percentagens desciam para 8,4% e 8,6% respectivamente. A taxa mais alta de analfabetismo se achava em Alagoas, na Região Nordeste, com 43,7% na faixa entre 15 e 19 anos, e com 42,9% na faixa entre 20 e 24 anos. Somente a partir do Rio de Janeiro para baixo (parte da Região Sudeste e toda a Região Sul) acusava-se uma taxa inferior a 10%, acrescentando-se a isto ainda o Distrito Federal. A Região Nordeste em peso indicava taxas acima de 30%, em ambas as faixas.

Tomando-se apenas a população entre 20 e 24 anos de idade, conforme a Tabela III, somente 31,1% tinham, em 1980, 8 e mais anos de estudo; em Alagoas eram só 18,0%, na Bahia 20,4%, em São Paulo 37,9% e no Rio Grande do Sul 36,3%. Embora seja significativa a distância entre os dois primeiros Estados e os outros dois seguintes, está patente que as cifras são sempre muito baixas. Na área urbana, as cifras aumentam, chegando a 40,3% para o país, 31,5% para Alagoas, 35,1% para Bahia, 40,7% para São Paulo, e 46,0% para Rio Grande do Sul. Também neste caso, as cifras continuavam muito precárias.

Indiretamente, tais dados confirmam que a juventude brasileira é expressivamente desqualificada em termos profissionais. Se partirmos do ponto de vista de que a profissionalização se daria depois do 1º Grau, ou seja, com mais de 8 anos de estudo, é inevitável reconhecer que seu atingimento é marcadamente minoritário. Sem entrar propriamente nesta problemática, é possível por ora aduzir que, se a qualificação profissional é um fator de influência no acesso ao mercado de trabalho em condições mais satisfatórias, a precariedade da educação básica certamente interfere na aplicação dos direitos trabalhistas, como se pode ver indiretamente através da Tabela VII. Entre os direitos trabalhistas contam-se o acesso à previdência e à carteira assinada de trabalho. É impressionante notar, por exemplo, que empregados entre 15 e 19 anos, em 1983, apenas 32,1% tinham carteira assinada pelo empregador, descendo para somente 11,3% na Região Nordeste. Na faixa de 20 a 24 anos, as condições melhoravam muito, embora ainda extremamente precárias: somente 58,3% tinham carteira assinada em relação ao país, descendo para 37,8% em relação à Região Nordeste. Quanto à previdência, na Região Nordeste somente 31,6% das pessoas entre 20 e 24 anos tinham acesso a ela.

Apesar de todas as insuficiências destes dados, é impossível evitar o reconhecimento de que a juventude brasileira vive conseqüências funestas da situação escabrosa que marca a educação básica. O atingimento daquele patamar educacional considerado de direito universal é ainda minoritário, deixando uma massa de pessoas com idade superior a 15 anos em condições de recuperação muito difícil. Primeiro, porque é majoritária. Segundo, porque a superação do problema se dá substancialmente pela educação básica, ou seja,

por uma ação ab anteriori, e não a posteriori. Programas de alfabetização encontram aí sua condenação quase inevitável ao fracasso, porque não conseguem estancar a fonte do analfabetismo, que é uma educação básica caricatural e compensatória. Ao mesmo tempo, tendem a oferecer à juventude, bem como à população adulta como tal, migalhas de um sistema ainda impiedosamente seletivo contra a população mais pobre.

A situação educacional brasileira espanta, porque não corresponde ao nível de crescimento econômico do país. E pior que isto, não parece, pelo menos à primeira vista, que a falta de educação básica possa ter comprometido tal crescimento. Se levarmos em conta que a época de maior crescimento foi a década de 70 e que, ao mesmo tempo, foi uma década de relativa estagnação educacional (as taxas "reais" de educação foram praticamente as mesmas em 1970 e em 1980, segundo os Censos), a insinuação parece ter alguma dose de verdade histórica. Isto coincidiria, ademais, com as teses que querem atestar a convicção de que a relevância da educação estaria mais na ordem política, do que na sócio-econômica<sup>6/</sup>.

É, assim, imperioso constatar que a juventude brasileira, entre 15 e 24 anos de idade, é constituída predominantemente de uma massa humana destituída de fundamentos educacionais satisfatórios, marcada por uma sobrevivência muito precária dentro do sistema educacional, e desprovida em grande parte do direito fundamental da educação básica. A bem da verdade, e ainda que isto seja muito duro reconhecer, o país sequer implantou de forma adequada, principalmente na zona rural, as 4 primeiras séries do antigo primário. Não se forma, deste modo, propriamente um "povo", no sentido de um conjunto de indivíduos identificados com um destino histórico nacional, capaz de participar efetivamente da vida do país e de colaborar decisivamente na construção de seu futuro. Gera-se, caracteristicamente, uma "massa de manobra", atrelada a uma constituição oligárquica e autoritária da sociedade. Produzem-se trabalhadores, talvez, mas mesmo aí predominantemente desqualificados, mas não se formam cidadãos. É uma das faces de nossa pobreza política<sup>7/</sup>.

## 2. Idéias iniciais sobre "pobreza política"

De modo geral, enunciamos sobre pobreza uma definição sócio-econômica, circunstanciada fundamentalmente por carências de ordem material. Tornaram-se comuns conceitos como "pobreza absoluta", para os casos em que as pessoas não têm acesso ao mínimo de sobrevivência material, ou como "pobreza relativa", para os casos em que as pessoas estão atreladas a dificuldades específicas de sobrevivência. Este tipo de postura, além de predominante, tem sua razão de ser, mesmo porque pode se escudar facilmente no legado interpretativo marxista, para o qual, "em última instância, determinam as condições econômicas de produção". Não se trata de imputar a este posicionamento uma perspectiva errônea, mas apenas de sugerir que é unilateral, a menos que nos interesse sempre e apenas a pobreza de ordem material<sup>8/</sup>.

Sem entrar a fundo nesta discussão — pois não é finalidade deste trabalho preliminar — é possível imaginar definições alternativas e/ou complementares de pobreza, por exemplo, de ordem política. Imitando o roteiro da definição sócio-econômica, poderíamos igualmente supor que há na sociedade outra sorte de "bem escasso", que seria "poder". A distância e/ou dificuldade de seu acesso determinariam a extensão e intensidade da pobreza política. Ao mesmo tempo, na base sócio-econômica encontramos instrumentos fundamentais de acesso ao poder: no capitalismo, certamente o expediente mais decisivo para se chegar ao poder é a posse dos meios de produção. Em outras eras, havia instrumentos outros de acesso ao poder, como a manipulação religiosa e mítica, que deu origem, por exemplo, a fenômenos incríveis como as famílias reais. Não há argumento propriamente para uma família provar que seja "real", a não ser através de cabalas tradicionalistas, mas que acabaram lhe concedendo a oportunidade histórica de concentrar poder.

Para alargar um pouco o campo do debate, poderíamos dizer que a dimensão sócio-econômica coloca condicionamentos objetivos da pobreza, enquanto que a dimensão política coloca condicionamentos subjetivos. Por condicionamentos objetivos entendemos a situação naturalmente dada, também em sentido histórico, como seria o caso do mercado de trabalho. Este é certamente, também, um produto

histórico, mas o encontramos como um dado objetivo que nos condiciona. Por condicionamentos subjetivos entendemos a capacidade histórica de "fazer a história" até certo ponto, ou seja, dentro de condicionamentos objetivos. Podemos, em alguma proporção, manipular nosso destino, e isto traduz a oportunidade de criar nosso espaço social e, não por último, de ocupar o espaço do poder<sup>9/</sup>.

Ademais, uma definição de pobreza que levasse em conta somente o lado da carência material, desconheceria o caráter histórico do fenômeno, que não cai do céu por descuido, mas é condicionado claramente na história. Pobreza não é decisão, nem opção, mas repressão. O próprio mercado de trabalho, geralmente muito adverso para a pessoa pobre que busca nele se inserir, já é resultado de uma história opressora. Ainda que se possa, talvez, aceitar que em certas circunstâncias predomine a pobreza objetivamente condicionada — por exemplo, no caso de um grupo humano assentado numa terra muito inóspita sem maiores possibilidades de produção — de modo geral, os fatores subjetivos (aqui, políticos) atuam na mesma ordem de importância. Digamos, a questão da fome. Muito provavelmente predominam fatores subjetivos, já que sua superação objetiva está dada tecnologicamente. Mantém-se a situação de fome por causa de interesses repressores da sociedade em que vivemos.

Neste sentido, a dimensão política não viria substituir, de forma alguma, a dimensão sócio-econômica, mas a complementaria necessariamente. Dito de outra maneira, na linguagem usual das ciências sociais, poder também faz parte da "infra-estrutura" da sociedade. Já existia antes de qualquer modo explícito de produção, é condicionado profundamente por todos os modos de produção, mas deles se distingue, não como algo "em última instância determinado", mas como algo com densidade própria. No entanto, não ganharíamos nada, se passássemos ao exclusivismo oposto, quer dizer, a conceber o poder como determinação última de tudo na sociedade<sup>10/</sup>.

Se é válido afirmar que, no modo capitalista de produção, a posse privada dos meios é o instrumento mais decisivo de acesso ao poder, isto não precisa ser válido para os outros modos de produção. Por exemplo, no modo socialista de produção, tal instrumentação não existe, embora a questão do acesso ao poder continue

não menos acirrada. Ademais, há esferas de poder instrumentadas de outra maneira, como é o caso do "poder" dos tecnocratas ou dos intelectuais, adquirido através da posse do saber especializado! Embora isto não produza normalmente capitalistas de grande porte, produz "sacerdotes" de reconhecida capacidade de manipulação das consciências alheias<sup>11/</sup>.

Assim, do ponto de vista político, em cujo cerne está a questão da dominação, pobreza significa a repressão relativa ao acesso às condições de autodeterminação. Em linguagem simples, politicamente pobre coincide com a situação de massa de manobra. Evidentemente, não é histórica a especulação sobre situações de autodeterminação absoluta, porque já não seria um conceito dialético de poder. Neste, há que reconhecer sempre duas faces, ao mesmo tempo complementares e dicotômicas, numa unidade de contrários. De um lado, não se apresenta o fenômeno, se não houver algum declive de desigualdade, ou seja, a típica dicotomia que existe entre dominante e dominado. De outro, como numa moeda de duas faces, são complementares, tanto no sentido da convivência dicotômica, quanto no sentido da possibilidade histórica de inversão de posições (revolução).

Se quiséssemos guardar a noção de pobreza absoluta em sentido político, significaria aquela situação de manipulação aguda, consciente ou inconsciente, coincidindo com termos como escravatura, ditadura absolutista etc. Pobreza relativa seria a situação mais comum de margem restrita de manobra, embora existente.

Sem nos determos mais sobre esta problemática teórica e metodologicamente complexa, acrescentamos ainda uma dificuldade típica desta discussão: seu lastro qualitativo. Nisto a definição sócio-econômica leva grande vantagem, porque os procedimentos técnicos e científicos de seu tratamento se compõem substancialmente com mensurações quantitativas. Se é mais fácil dizer que alguém não é pobre sócio-economicamente porque possui uma conta bancária e levada, será desesperadoramente difícil dizer que alguém não é pobre politicamente, porque manifesta uma forma "digna" de vida. O que seria isto? Ao mesmo tempo, transparece logo a possibilidade de as duas definições se chocarem, pois há "pobres" dignos, e ricos "pobres".

Todavia, por maiores que sejam tais dificuldades, não escapamos hoje de reconhecer a importância da definição política, até mesmo por causa de novos ângulos assumidos na discussão de questões nacionais relevantes, tais como: a necessidade de discutir politicamente a dívida externa, a inflação, o mercado de trabalho etc. Há países que possuem condições objetivas muito favoráveis de desenvolvimento, como a Argentina (em quase tudo auto-suficiente), mas que tropeçam em condições políticas adversas. Bem como há países que poderiam resolver facilmente problemas básicos, como a educação (há conhecimento técnico, há recursos), mas isto não acontece por razões políticas. Cultiva-se a miséria política, por causa de interesses oligárquicos arraigados historicamente.

Deixando de lado este nível excessivamente genérico e disperso da discussão, pretendemos simplesmente afirmar que a questão da pobreza política traz à baila uma dimensão fundamental da sobrevivência social. Em termos de autodeterminação, de autogestão, de capacidade de formulação de um projeto próprio de desenvolvimento, de libertação historicamente consciente e planejada de um povo, somos sociedades politicamente miseráveis, em que campeia a manipulação oligárquica repressora, cuidadosamente cultivada através da repressão sistemática do acesso aos canais de participação.

O tema participação adquire aqui o lugar mais estratégico, sobretudo se definido como processo histórico de conquista da autopromoção, ou seja, da conquista da capacidade própria de se autodeterminar. Dialeticamente falando, não pode haver participação dada, ou imposta, ou prévia, ou suficiente. Somente existe, se conquistada, mesmo porque, o que encontramos na sociedade como passo primeiro, não é um espaço dado de participação, mas a repressão. Este é, pois, o ponto de partida inevitável. Ao mesmo tempo, qualquer espaço de participação não é final, pois envelhece como qualquer fenômeno histórico.

Brevemente, podemos indigitar 5 espaços preliminares de exercício de participação, que seriam "canais de participação". Em qualquer deles, a figura social fundamental é o "cidadão", definido como ator histórico organizadamente participante, crítico e autocrítico, capaz de reivindicar e de impor seus direitos, e de realizar seus deveres. A discussão sobre cidadania está carregada de

posturas conservadoras, oriundas do liberalismo democrático capitalista, que prega certamente a liberdade de autodeterminação, mas a trelada à posse econômica. Não se trata de liberdade como direito humano inalienável, mas de liberdade para quem pode. No entanto, não é necessário restringir o conceito a tal ótica sem, todavia, re cair no extremo oposto do estabelecimento de direitos humanos tão absolutos, que esqueceriam seus condicionamentos materiais também inevitáveis. A dignidade humana não pode estar circunscrita somente a condições políticas calcadas, por exemplo, no contexto da "conscientização", mas depende igualmente de condições materiais de vi da<sup>12/</sup>.

Neste sentido, pobreza política é a repressão à expressão da cidadania. Pode conter tonalidades muito exacerbadas, por vezes mais que as da pobreza sócio-econômica, porquanto, se esta a comete a população carente em termos de emprego e renda e das consequências materiais desta falta, a outra pode acometer a sociedade em bloco.

Um primeiro canal de participação é a organização da sociedade civil. De modo geral, o que chamamos de sociedade civil se contrapõe a outros segmentos sociais classicamente organizados. A discussão centra-se muito na crítica ao Estado, concebido muitas vezes como organização do grupo dominante contra a sociedade civil. Concretamente, a história mostra que alguns segmentos organizados sempre rondam o Estado e facilmente o tornam instrumento de acesso e preservação de seus privilégios: a organização das classes produtoras de grande porte, a Igreja, o exército etc.

Contraopondo-se sobretudo sociedade civil ao Estado, a organização da sociedade civil aponta para um canal muito estratégico de participação, condensado principalmente em dois momentos mais relevantes: na promoção da capacidade de se organizar, e no reconhecimento da importância de certas organizações históricas. No primeiro caso, acerta-se o fenômeno da desorganização social, que facilita muito a manipulação social por parte do grupo dominante organizado. Ao lado da desorganização, há o problema não menos fatal de pretensas organizações que, a pretexto de um discursoparticipativo, solidificam sibilinamente os mesmos processos de assistencialisis



mo e paternalismo. Porquanto o disfarce mais inteligente e efetivo da dominação é o pretexto da participação. Quer dizer, a participação somente é um processo válido, se for resultado de um processo de autopromoção e de auto-sustentação, ou seja, autodeterminação em sentido político (capacidade de se organizar, aqui definida como capacidade de autopromoção), e em sentido sócio-econômico (capacidade de se sustentar).

No segundo caso, acerta-se a função política relevante de organizações tais como: sindicatos, partidos, cooperativas, associações produtivas e culturais etc. Não há democracia possível sem tais instituições, mas é indispensável reconhecer que são predominantemente caricaturais em nossa situação histórica, porque escondem com grande facilidade processos internos oligarquizantes e desmobilizadores da base. Aparecem lideranças excessivamente carismáticas, e por isso tendencialmente centralistas e que instalam um tipo de dependência forte de sua presença e de suas decisões. Aparecem igualmente conchavos típicos com o grupo dominante por parte da direção, que com isto alarga privilégios que a instituição, em si e por definição, deveria combater. Aparecem apegos formalistas vazios, que somente favorecem a movimentação da cúpula, já desimpedida do rodízio no poder, da prestação de contas, da observância dos estatutos, e sobretudo da subserviência à base, da qual é apenas delegada.

A lógica da organização democrática é de baixo para cima e do menor para o maior. A quantidade jamais compensa a qualidade. A quantidade pode mesmo aparecer como fator adverso, pois a organização de tamanho excessivo se burocratiza mais facilmente, espreitando também o espaço de exercício da cidadania. O cidadão se torna peça de uma engrenagem, que já não domina. A qualidade democrática de uma sociedade depende certamente das organizações acima indicadas e que podem ser quantitativamente expressivas, mas depende mais ainda da trama infinita e sólida de pequenas associações que, juntas, são mais capazes de resistir às tendências repressoras da sociedade<sup>13/</sup>.

No entanto, a associação mais estratégica é a produtiva, porque é a mais capaz de autogestão, ou seja, de confluir o lado da autopromoção, com o lado da auto-sustentação.

Um segundo canal de participação é o planejamento participativo. Como geralmente se atribui ao Estado a função técnica de planejar, a discussão se centra no questionamento do exercício centralista, tecnocrático, sistêmico e impositivo do planejamento estatal e na busca de formas descentralizadas e mais transformadoras. Muitos negam ao Estado a possibilidade pura e simples de fazer planejamento participativo, porque o concebem como agente da classe dominante exclusivamente. Embora reconhecendo que esta é a tendência histórica do planejamento estatal, principalmente no capitalismo, é possível o planejamento participativo, desde que entendido como conquista por parte de técnicos do Estado e nunca imaginado como fenômeno alcançado por decreto ou por atacado<sup>14/</sup>.

Como tal, o planejamento participativo se refere a toda forma de tomada de decisão, dentro ou fora do Estado. Cabe, pois, a qualquer grupo humano que reage contra a manipulação de fora ou da cúpula, e pretende se autodeterminar.

Possui três momentos mais característicos: o momento do autodiagnóstico, através do qual o grupo toma consciência crítica e autocrítica dos problemas mais básicos que marcam seu estado atual de pobreza; o momento da formulação de uma estratégia de ataque dos problemas reconhecidos; o momento da formação da associação, como fim e instrumento do grupo, no sentido de o realizar como comunidade e de se propor a superação dos problemas a partir de si mesmo.

Uma questão central é o relacionamento entre agente externo (técnico do governo, professor universitário, padre etc) e a comunidade, no qual dois extremos precisam ser evitados: de um lado, a postura populista farsante de identificação não problemática, através da qual o agente externo se "fantasia" de proletário, começa a falar em seu nome e o manipula como pretensa vanguarda; de outro, a postura absenteísta e cômada que abandona a comunidade à sua própria sorte. O agente externo possui um papel, de modo geral até inevitável, mas de conteúdo motivador e assessor, não condutor. Quer dizer, não sai do palco propriamente, porque passa para o bastidor; muda de lugar, não perde seu lugar. Deve ficar a-

trás, não à frente da comunidade. Isto implica profundas mudanças de postura, o que leva a sugerir que nem todo agente externo é apto para tanto<sup>15/</sup>.

Em sentido estrito, somente é capaz de planejamento participativo o grupo organizado. Em consequência, é uma realidade possível, pelo menos por enquanto, de forma tópica. Por isto mesmo, o discurso sobre planejamento participativo, sobretudo o do Estado, é quase sempre uma manobra de autojustificação ideológica, ou seja, não para levar a efeito o atendimento de justas reivindicações populares, mas como tática sibilina de desmobilização.

Um terceiro canal de participação é a educação. Educação pode ser entendida como fenômeno sócio-econômico, na sua face de qualificação profissional. É a maneira mais usual de a ver. No entanto, sua interpretação política é hoje uma urgência, não só porque sua efetividade econômica é facilmente infirmável na história (não é ela que produz empregos, que diminui a abundância de mão-de-obra e que gera a renda propriamente), como também porque é de fato uma instrumentação importante para o exercício da cidadania. Neste sentido, há um interesse crescente em ver na educação uma dimensão substancialmente política, tendo na sócio-econômica uma dimensão derivada<sup>16/</sup>.

Sobretudo o 1º Grau não tem outra função do que a de instrumentação primária e primeira para o exercício da cidadania. Não produz mão-de-obra especializada, nem serve normalmente para melhorar as condições de renda das pessoas. Mas é uma condição necessária, ainda que não suficiente, da realização democrática de um povo. Por isto mesmo se concebe como direito fundamental do cidadão, e, em decorrência universalizante. Supõe-se que uma pessoa com 1º Grau seja mais imune a processos históricos de manipulação e operação, consiga acompanhar relativamente aspectos importantes do processo de desenvolvimento, entenda razoavelmente a máquina do Estado, seja capaz de cobrar dos governantes a devida prestação de contas e a preservação das regras democráticas de jogo, consiga exercer soberanamente o direito de voto, e assim por diante.

Do ponto de vista econômico, a educação não faz falta maior ao crescimento do país, mesmo porque, para trabalhar, não é

mister educação, mas simplesmente treinamento. Um analfabeto pode ser treinado a fazer funções produtivas, e teria talvez a "vantagem" de não questionar as condições sociais de produção. Deste ponto de vista, a educação contém papel estratégico fundamental, porque dificilmente se estabelece um processo válido de formação da cidadania sem ela. Não tem efeito automático ou mecânico, como se toda pessoa "educada" fosse necessariamente democrática. Mas, sem um mínimo de educação, nenhum povo realiza seu projeto de libertação e desenvolvimento.

Um quarto canal de participação é a identidade cultural. Na verdade, pode ser vista como a parteira da participação. Nenhum grupo humano chega a se reconhecer como capaz de autodeterminar seu destino, sem identidade grupal, ou seja, sem sentido comunitário consciente. Ora, tal identidade é forjada na cultura de cada grupo humano, através de sua história. Em sua cultura está o que soube criar, o que conseguiu implantar como produto seu, como alcançou sobreviver e ocupar espaço próprio, o que acha possível como expansão futura, o que aprecia, e assim por diante. Sem identidade cultural, não há comunidade, mas "um bando de gente"<sup>17/</sup>.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o conceito de cultura aqui embutido é correlato ao de democracia federativa, porque se volta contra as homogeneizações, os centralismos e as descaracterizações das partes. O centro não tem nada mais do que a base lhe delegou. Cultura combina com diversidade, com criatividades alternativas, com potencialidades infinitas. Hoje, já não podemos mais definir o desenvolvimento sem a noção de identidade cultural, que também deveria substituir a de nacionalismo. Qualquer processo histórico que descaracterize as marcas próprias de um povo, sua criatividade, sua justa pretensão de se autodeterminar, talvez possa ser até crescimento, mas nunca será desenvolvimento<sup>18/</sup>.

As discussões em torno deste tema são arriscadas, seja porque recaem facilmente em provincianismos e arcaísmos, seja porque desconhecem necessidades importantes do progresso e da modernização, seja porque podem esconder conseqüências subdesenvolventistas, mas nem por isto menos relevantes. Está claro que povos com

identidade cultural menos sólida são alvo mais fácil de processos externos de manipulação, principalmente levando-se em conta a força irresistível dos modernos meios de comunicação.

Um quinto canal de participação é a conquista de direitos. Embora contido nos outros canais acima, é interessante ressaltar, tanto porque representa uma face central do exercício da cidadania, como porque ressalta um desafio típico para o grande grupo dos dominados. Estes, normalmente, apenas têm deveres: de trabalhar, de eleger, de comprimir salários, de ter paciência histórica etc.

O processo de conquista de direitos tomou expressão nos últimos tempos, a começar pela idéia já consagrada, embora muito vazia na prática, de direitos humanos. O movimento mundial de emancipação da mulher baseia-se vastamente na noção de conquista de direitos. Ao mesmo tempo, é fundamental a concepção, por exemplo, do trabalho, como direito. Neste sentido, é válido conceber a cidadania como categoria mais fundamental, da qual se deriva o direito do trabalho.

Assim, chega-se facilmente a idéias importantes como o direito à sobrevivência, que não pode depender exclusivamente do mercado de trabalho. A noção de seguro-desemprego baseia-se neste princípio político: desaparecendo o posto de trabalho, não pode desaparecer a condição de sobrevivência, que terá que ser resguardada de outra forma, como dever da sociedade<sup>19/</sup>.

Retornando à concepção de pobreza política, é possível que este percurso teórico tenha aclarado um pouco mais seu conteúdo, bem como sua importância social. Politicamente pobre é aquela pessoa ou grupo humano que:

- a) vive em situação de desorganização ou está coibido de se organizar, ou não participa de nenhuma forma relevante de associação comunitária, capaz de preservar seus direitos e de conquistar seu espaço próprio na sociedade;

- b) não participa dos processos decisórios que lhe dizem respeito, de tal sorte que, em vez de ser considerado o autêntico interessado, passa a objeto, paciente, beneficiário etc;
- c) está destituído de um mínimo de educação, capaz de lhe transmitir instrumentações básicas que levem à descoberta criativa da necessidade de autodeterminação;
- d) está invadido por imperialismos culturais estranhos, que o empurram para o mimetismo, o conformismo e a perda da fé sobre suas próprias potencialidades;
- e) não realiza seus direitos humanos fundamentais, reduzido a peça de uma engrenagem, na qual aparece como mercadoria, massa de manobra, matéria de opressão.

### 3. Juventude e Pobreza Política

Faltam às idéias preliminares aqui traçadas maiores aprofundamentos, em termos teóricos e em termos empíricos. No início, chamávamos a atenção para uma possível base factual relativa ao processo educativo no Brasil. Os dados são pungentes, mas não retratam mais que uma face da pobreza política. Ainda, é mister reafirmar que o problema da captação da qualidade não está resolvido. Não temos uma resposta científica satisfatória sobre como tratar, como captar, como sistematizar a qualidade. De modo geral, tudo o que fazemos em ciência, também em ciências sociais, acaba condensado sob a forma quantitativa de um indicador operacional. No fundo, somente captamos, o que conseguimos testar e mensurar<sup>20/</sup>.

A qualidade foge a tal tratamento. Ademais, é fundamental distinguir dois níveis de qualidade. Existe qualidade formal, de ordem instrumental, desligada da preocupação com conteúdos e com finalidades últimas. Por exemplo, uma sessão de tortura po

de apresentar tal qualidade, pois a ciência é capaz de propor formas de a fazer com "perfeição". Seria uma "tortura perfeita". Nesta rota é mister reconhecer que nossa capacidade de destruir, de atacar, de dominar, de controlar, de manipular foi extremamente aperfeiçoada pelo crescimento das ciências. No entanto, não é esta a qualidade que nos interessa, embora esta também tenha seu lugar, como instrumentalidade formal.

O que nos interessaria, é outro nível de qualidade, comprometido com conteúdos históricos humanistas. A primeira dificuldade aparece já na necessidade de reconhecer que não a podemos conceber sem compromisso ideológico. Mas isto pertence, na verdade, a seu próprio contexto, porquanto a realização humana histórica não se dá fora do espaço político, ou seja, de opções históricas preferenciais, por vezes consensuais, a maioria das vezes conflitivas. Poderíamos também chamar de qualidade política, em cujo espaço aparecem compromissos sempre discutíveis, mas fundamentais, como a questão da dignidade humana, que, no fundo, é o núcleo ideológico do conceito de cidadania.

A questão educativa coloca precisamente esta problemática política. Educar não é propriamente produto, e por isto não é mensurável. Não é possível elaborar um índice de educação, a não ser sob forma quantitativa, mas que não passaria jamais de uma simples insinuação, por vezes enganosa. Certamente, a média de 3 anos de estudo por pessoa jovem é um indicador considerável, mas além de ser uma indicação muito pálida e indireta, pode ser enganosa. Porquanto, qualidade política pode ter também o analfabeto. E a "arte" de torturar não seria jamais inventada por ele, mas por alguém "bem educado".

Quer dizer, educação é um processo, que se perde no tempo e jamais termina. Formar um cidadão é algo essencialmente diverso de construir uma escola. Por isto mesmo, deve-se distinguir sempre entre educar e treinar. No primeiro, o cerne da questão é o desdobramento da capacidade de autodeterminação. No segundo, predominam traços de domesticação. Assim, educação é essencialmente uma questão qualitativa e política.

A dificuldade óbvia de tratamento desta questão tem colaborado para sua secundarização e mesmo para seu obscurecimento. Todavia, é fundamental ao desenvolvimento de um povo, não como condição suficiente, mas necessária. No caso da juventude, é a vítima imediata da sonegação deste direito. Contingentes humanos extensos são postos à margem do processo participativo, porque se lhes nega uma forma de instrumentação primária de seu exercício, que é a escolarização básica. Além de visíveis efeitos negativos no campo profissional, ressalta a consequência dura de geração de uma ampla massa de manobra, reprimida à condição de agregado disperso sem direito às decências mínimas.

Ao colocarmos a questão política da juventude, não pretendemos exacerbar esta dimensão, como se nisto estivesse a solução global para tudo. Pobreza consciente ainda é pobreza. Produzir é apenas instrumento, mas é indispensável, principalmente numa sociedade capitalista, na qual dificilmente poderíamos imaginar processos autopromotores e auto-sustentados sem produção econômica. "Politizar" a juventude não significa exacerbar a noção de direitos, em detrimento da de deveres. Não significa que tudo agora deva ser decidido por eleição, até mesmo funções matemáticas, questões de lógica e expectativas meteorológicas. Não significa substituir o esforço e a disciplina pela pressão política, que acaba se tornando o subterfúgio da incompetência. Se colocarmos em confronto o problema da democracia e da competência, é fácil perceber que cada termo tem sua densidade própria. Não se faz, por exemplo, um professor competente por eleição, nem um profissional capacitado por aclamação em assembléia. Na verdade, o ideal é unir os dois lados: ao mesmo tempo competente e democrático.

Com todas estas ressalvas, no entanto, é vital relocalar a importância da qualidade política da juventude. Para não divagarmos em excesso, relevamos alguns tópicos que seriam aptos a alimentar esta discussão:

a) De modo geral, nossas sociedades padecem de falta de lideranças novas e alternativas, pelo que continuamos a conviver com velhos personagens, quase uma sucata de tempos pregressos, como



se fossem imortais e o povo não soubesse se arranjar sem eles. A renovação do estoque de lideranças depende em primeiro lugar da educação da juventude. Destituída de um mínimo de educação, como a básica, ou coibida de se manifestar politicamente na universidade, além de se implantar uma concepção perversa da dimensão política (confundida com "politicagem", com irresponsabilidade social etc), obstaculiza-se a juventude de exercer uma de suas funções históricas básicas, que é a de ser o celeiro natural de novas lideranças políticas. Não se trata apenas de dispor de um estoque de líderes, mas principalmente de surgirem lideranças alternativas, capazes de pensar e de executar formas alternativas de desenvolvimento, de introduzir mudanças sociais que novos tempos exigem, de enfrentar desafios novos que sociedades novas reclamam.

É importante também repensar os estilos de liderança. Já não nos servem os líderes "caudilhos", excessivamente carismáticos ou promovidos por herança doméstica, como se fossem quase uma família real. Se não conseguimos sepultar este passado, em parte é porque a juventude é coibida de exercitar a realização de sua qualidade política.

b) De modo geral, nossa atitude perante o Estado é de subserviência, como consequência principal de nossa história autoritária, assistencialista e paternalista. Enquanto que o Estado lança mão de todos os meios para manter a população sob controle, esta não chega a elaborar o compromisso político alicerçado no direito fundamental de controlar o Estado. A parte mais visível de qualquer democracia talvez seja esta: a capacidade de o cidadão controlar o Estado, concebendo os governantes como delegados seus.

Nossa tradição, no entanto, é centralista e autoritária, levando a que os governantes sejam no fundo "reis" disfarçados. As instâncias legislativas e judiciárias são órgãos pálidos em confronto com o executivo. Por isto mesmo, nossas leis, por vezes até pertinentes e bem elaboradas, são tendencialmente letra morta. A começar pela educação: está na Constituição que cada brasileiro, entre 7 e 14 anos, tem direito à educação básica, gratuita e de bom nível. No entanto, fica o dito pelo não dito, numa concessão perversa de que o Estado nos faz um favor, quando nos oferece educação adequada. E nossa justiça se aplica de preferência ao pobre.

O Estado não controla o Estado. Tal função pertence de direito ao cidadão, se os há. E aí está um problema central de nossas precárias democracias, mais teóricas que práticas, mais for mais do que reais, mais discursivas que efetivas. Democracia depen de em primeiríssimo lugar de uma figura histórica central, que é o cidadão organizadamente participativo. Sem ele, podemos até ter, por vezes, líderes bem intencionados, mas que, com o tempo, cedem naturalmente à lógica do poder. Por isto, nossas democracias são incapazes de sobreviver a uma crise mais profunda, e são facilmente substituídas por golpes palacianos, ridiculamente chamados de "revolução".

Sob esta ótica também deve ser vista a corrupção. Em si, é um produto esperado de qualquer estrutura de poder, mas pode ser relativamente controlada se a sociedade civil assume o compromi sso de a combater. A decência dos governantes não está em primei ro lugar neles mesmos, mas na capacidade civil de os controlar. Es ta é que os obriga a prestar contas, a respeitar o rodízio no poder, a preservar as regras democráticas de jogo, a tomar decisões abertas à informação pública, e assim por diante. Governo ainda é entre nós um "negócio particular", por vezes familiar. Não conse guimos solidificar uma regra democrática tão simples e óbvia como esta: ao poder somente se chega por eleição; o resto é usurpação. E por isto somos nações usurpadas.

O serviço público dificilmente é "serviço" e é "público". De modo geral é a própria imagem da sonegação de direitos bá sicos à população, que não os reivindica, mas os suplica na condi ção histórica de esmoler.

c) De modo geral, em termos de desenvolvimento, a fal ta de qualidade política se constitui em entrave considerável aos processos de autopromoção e de auto-sustentação. De partida, não se atribui à atividade produtiva seu devido lugar, e cultivam-se, ao revés, atitudes parasitárias. Exemplo típico é a invasão excessiva de atividades estatais. Ora, por mais que possamos nos opor ao capit talismo, o fato é que nele vivemos. No capitalismo, a atividade fun damental é a produtiva, porque é a única real capaz de gerar recur-

sos próprios. Não é o Estado que os gera. Ele apenas os recolhe, sob forma de impostos e outras obrigações lançadas sobre as atividades produtivas e laborais. No entanto, persistimos na crença de que o Estado é uma fonte infinita de dinheiro, o que fecunda de modo inacreditável o parasitismo social; as empresas estatais são menos "empresas", do que sorvedouros irresponsáveis de recursos públicos; a população elabora a expectativa de que o ideal seria ser "funcionário público", quer dizer, dotado de um bom emprego (bom salário) sem a correspondente produtividade; programas especiais ditos de "desenvolvimento", como os regionais, destinados a fomentar regiões desequilibradas, acabam repassando aos interessados talvez um quarto dos recursos previstos, encalhando o resto (a maior parte) na burocracia estatal e na burguesia local; aparecem formas incríveis de subsídios a proprietários improdutivos de terras extensas, bem como "ajudas" estatais a grandes empresas em dificuldades financeiras, enquanto que o pequeno empreendimento (rural e urbano), do qual depende a realidade nacional em termos de emprego e renda, fica à míngua.

Do ponto de vista do trabalho, a atividade sindical é atrelada ao Estado, sob alegação de imaturidade histórica ou de prevenção de ideologias estranhas. Mas o problema não está, claramente, só no Estado e no grupo dominante por trás dele. Está igualmente na própria classe laboral, à medida que a organização é fragmentada, que as lideranças se perpetuam no poder, que a capacidade de negociação é limitada, que aparece a submissão a manobras patronais (peleguismo) etc. Fica, assim, prejudicado um lugar importante de exercício da cidadania, onde se busca interpretar o trabalho não somente como qualificação profissional e como exigência produtiva, mas sobretudo como direito social.

A hipertrofia do Estado geralmente coincide com a imaturidade em termos de cidadania. Deixado à sua própria lógica, o Estado cresce indefinidamente, não em termos de "serviço público", mas de parasitismo social, o que leva entre nós a uma consequência notória, entre outras: possui sempre um número excessivo de funcionários, chegando a ser em muitas regiões o maior empregador.

Tendencialmente medram formas marcantes de paternalismo e assistencialismo, que são uma fórmula segura de cultivo da pobreza política. Principalmente as ditas políticas sociais se destinam à realização do controle social sobre as populações definidas como objeto, e não como as reais interessadas. Em vez de projetos auto-sustentados de produção de alimentos básicos, conduzidos substancialmente pelo pequeno produtor rural, forjam-se fantásticos programas de distribuição de alimentos, de caráter populista, compensatório e facilmente corrupto, que tolhem a capacidade de solução própria dos problemas, inclusive dentro das marcas históricas da identidade cultural. Em vez da produção simplificada de medicamentos básicos, que utilizam de preferência matéria prima nacional e local, inventam-se programas de distribuição de remédios comprados às multinacionais, de forma dispendiosa e que acabam reforçando os traços da dependência econômica. O Estado como doador espera em retribuição a subserviência da população.

d) De modo geral, nossa forma de capitalismo pode ser denominada de perversa, precisamente porque se coíbem modos de luta política contra explorações extremas. Sem entrar em profundidade na questão capitalista, talvez seja válido afirmar que a maneira de domesticar tal modo de produção é sobretudo política. Ninguém mais acredita que uma economia capitalista em crescimento tenha necessariamente reflexos sociais favoráveis. Sua lógica é outra, ou seja, da acumulação de capital. A produção não se distribui por si, mas por força política dos interessados.

Os direitos laborais foram implantados por sindicatos organizados, que souberam montar condições suficientes da necessidade de negociação entre as partes. Não foram doações do mercado de trabalho ou da classe produtora.

Assim, é possível dizer que, apesar da exploração do lucro e da lógica da mercadoria, pode-se construir uma sociedade menos indecente, onde pelo menos alguns direitos humanos fundamentais sejam respeitados, como: salário mínimo que atenda as necessidades mais básicas, universalização do 1º Grau, superação de níveis exacerbados de desnutrição etc.

Para domesticar o capitalismo faz-se necessária a presença de um ator social típico, que é o cidadão. Aquele que é capaz de discutir seu próprio desenvolvimento, que reivindica, que se organiza para defender seus direitos e conquistar outros, que não permite a má aplicação de recursos públicos, que controla seus governantes, enfim, que não precisa envergonhar-se da sociedade em que vive e pela qual é responsável também. Sem a participação do cidadão não há como implantar uma sociedade participativa, capaz de resistir à tradição de autoritarismo e de manipulação por parte do grupo dominante.

Uma das estratégias mais fundamentais para a formação da cidadania é a implantação de processos educativos básicos de forma universal e qualitativa. Ainda que os resultados jamais sejam mecânicos e automáticos, aí está uma rota necessária. Um país que nega à juventude o direito da educação básica, depreca seu futuro em termos de oportunidade democrática. Esta questão como tal demonstra o problema fundamentalmente político: não há como provar que a educação básica não se realiza por falta de capacidade técnica, e mesmo por falta de recursos financeiros. No caso do Brasil, isto certamente não é o problema principal. O problema principal está na esfera política: falta de decisão, falta interesse por parte dos dirigentes, teme-se que a educação básica universalizada acarrete mudanças sociais indesejadas pelos privilegiados, foge-se da capacidade de reivindicação popular, e assim por diante. Uma forma de manutenção das condições sociais vigentes é o atrelamento da juventude a níveis de ignorância clássica. Interessa apenas o eleitor submisso, não propriamente alfabetizado, mas apenas capaz de desenhá-lo seu nome, com a finalidade de referendar o mesmo grupo dominante de sempre.

Todos os canais de participação são importantes, desde a necessidade de organização da sociedade civil, o planejamento participativo, o fomento da identidade cultural, até a conquista crescente de direitos sociais. Aqui acentuamos o canal da educação, entendida menos como oportunidade econômica, do que como oportunidade política. Tem uma vantagem sobre os outros, porque já está operacionalizado de forma constitucional: entre 7 e 14 anos to

dos têm o direito à educação básica e isto corresponde a um dever inarredável do Estado. Trata-se de um caminho lento, como todo processo. A própria necessidade de qualidade exige tempo de maturação, pois nada compensa a profundidade qualitativa. Porquanto superar a condição de massa de manobra, para se atingir o nível da cidadania, é uma obra de arte, que define a qualidade histórica de um povo. E qualidade política é fundamentalmente participação. É principalmente na juventude que ela tem oportunidade de lançar raízes suficientemente profundas.

## (NOTAS)

- (1) Cfr. J. MARTINEZ, Consideraciones previas para un estudio de la juventud popular urbana em América Latina, CEPAL, División de Desarrollo Social, 1984, mim., 57 pp.
- (2) LA SUPERACIÓN DE LA POBREZA: una tarea urgente y posible, CEPAL/PNUD/UNICEF, 1984, mim., 124 pp.
- (3) Cfr. RETRATO BRASIL - Educação/Cultura/Desporto, 1970-1980, Ministério da Educação/Secretaria Geral, Brasília, 2 vol., 1984, mim. G. WILLADINO, A melhoria do perfil educacional brasileiro e os pontos de estrangulamento, Ministério da Educação, SEPS, Brasília, 1984.
- (4) G. WILLADINO, op. cit.
- (5) P. DEMO, A pobre educação pobre, in: Educação & Sociedade, Mar. 1981, nº 8, p. 75 ss. Id., Por que educação básica?, in: Educação e Sexualidade, Hoje; Escola de Pais do Brasil, Edit. ALMED, S. Paulo, 1982, p. 127 ss.
- (6) C. L. SALM. Escola e Trabalho, Ed. Brasiliense, 1980.
- (7) P. DEMO, Educação política e política da educação, Centro Educacional de Niterói (CEN), Série Cooperação Técnica 4, Niterói, 1982.
- (8) LA SUPERACIÓN DE LA POBREZA, op. cit. Trata-se de um trabalho metuculoso, conceitualmente cuidadoso, restrito à dimensão material da pobreza, mas nem por isso menos relevante.
- (9) E. R. DURHAM, Cultura e Ideologia, in: Dados, vol. 27, nº 1, 1984, p. 71-89. J. FABERMAS, Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismuns, Suhrkamp. 1976. P. DEMO, Ciências Sociais e Qualidade, Edit. ALMED, S. Paulo, 1985.
- (10) Esta posição está ligada, pelo menos em parte, à obra de Dahrendorf. Cfr. P. DEMO, Sociologia - uma introdução crítica, Atlas, 1983.

- (11) R. BAHRO, Die Alternative - Zur Kritik des real existierenden Sozialismus, Rororo, 1977. P. DEMO, Intelectuais e Vivaldinos - Da crítica acrítica, Ed. ALMED, S. Paulo, 1982.
- (12) A. O. HIRSCHAMAN, De consumidor a cidadão - atividade privada e participação na vida pública, Brasiliense, 1983. L. C. de MENDONÇA, A participação do cidadão nas decisões da administração pública, in: Rev. de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 18 (4), Out./Dez. 1984, p. 175 ss. E. R. DURHAM, Movimentos sociais, a construção da cidadania, in: Novos Estudos CEBRAP, nº 10, Out. 1984, p. 24 ss.
- (13) E. F. SCHUMACHER, O negócio é ser pequeno, Zahar, 1979.
- (14) J. D. BORDENAVE & H. M. de CARVALHO, Comunicação e Planejamento, Paz e Terra, 1980. R. BROMLEY & E. S. BUSTELO (org.), Política X Técnica no Planejamento, Brasiliense, 1982. R. FRANCO (org.), Planificación social en América Latina y El Caribe, ILPES/UNICEF, Santiago, 1981. SUBSÍDIOS AO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, Textos selecionados, Série Planejamento 3, Ministério da Educação/SG, Brasília 1980. C. R. BRANDÃO (org.), Pesquisa participante, Brasiliense, 1982. Id., Repensando a Pesquisa Participante, Brasiliense, 1984. P. DEMO, Pesquisa Participante - mito e realidade. Ed. SENAC/RJ, Rio de Janeiro, 1984. P. R. HADDAD, Participação, justiça social e planejamento, Zahar, 1980.
- (15) P. DEMO, Planejamento participativo - visão e revisão, IPEA/IPLAN/CPR, Brasília, 1984, mim.
- (16) C. L. SALM, op. cit. C. R. BRANDÃO, A questão política da educação popular, Brasiliense, 1980.
- (17) N. G. CANCLINI, As culturas populares no capitalismo, Brasiliense, 1983.
- (18) P. DEMO, Dimensão cultural da política social, Massangana, Instituto Joaquim Nabuco, Recife, 1982. Id., Pobreza sócio-econômica e política, Ed. Univ. Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.



- (19) P. DEMO, *Participação é Conquista - Noções de política social participativa*, a sair pela Ed. Univ. Federal do Ceará, Fortaleza, 1985.
- (20) P. DEMO, *Ciências Sociais e Qualidade*, op. cit.
- (21) Cfr. ainda: R. GUIMARÃES, *Cooperativismo y participación popular en America Latina y El Caribe*, CEPAL, División de Desarrollo Social, 1984, mimeo. LE BROTERF, *A participação das comunidades na administração da educação*, in: Rev. de Administração Pública, 16(1), Jan./Jun. 1982, p. 107 ss. R. A. CARRHILL, *Participatory planning in education: testing some concepts*, UNESCO, Div. of Educ. Policy and Planning, s.d., 117 p. A. V. de A. LIBANIO, *Participação comunitária e programas públicos no Brasil*, in: Cadernos de Pesquisa, Fev. 1983, nº 48, p. 1-87. P.R. MOTTA, *A proposta de participação na teoria gerencial: a participação indireta*, in: Rev. de Administração Pública, Jul/Set. 1981, 15(3), p. 54-70. M. WOLFE, *Elusive Development*, UNSRID, GENEBRA, 1981.

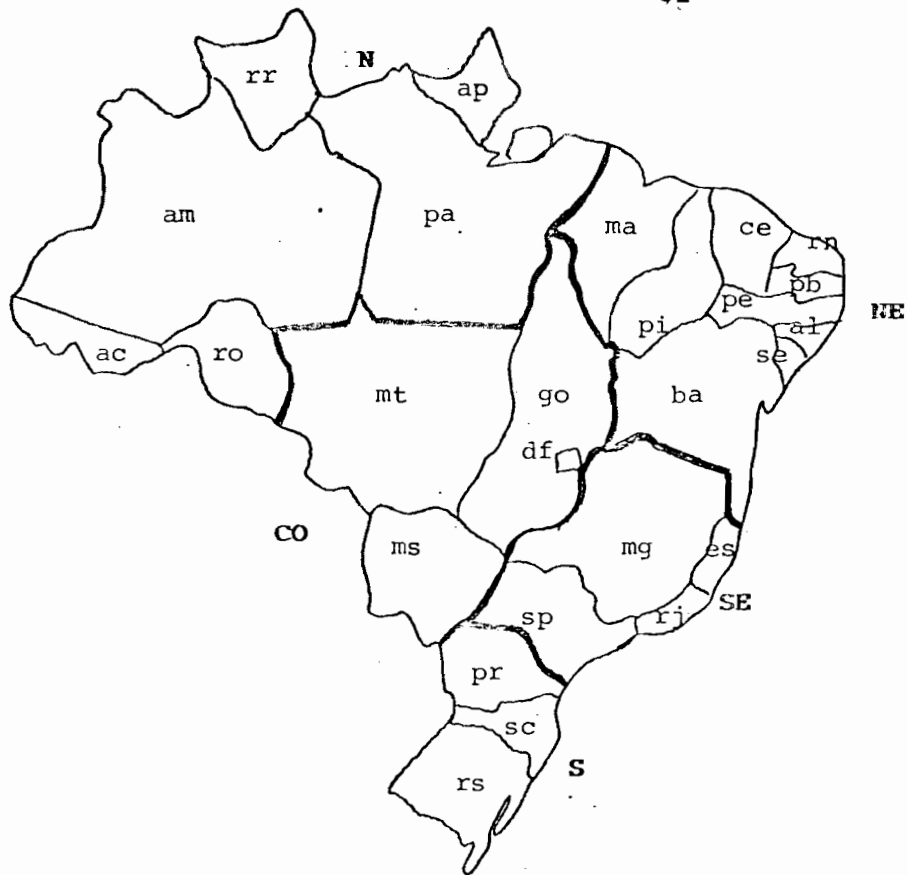


A N E X O

Mapa do Brasil com respectivas siglas

Tabelas sobre educação básica





REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

N = Região Norte

- ap = Amapá
- rr = Roraima
- am = Amazonas
- pa = Pará
- ac = Acre
- ro = Rondônia

CO = Região Centro-Oeste

- mt = Mato Grosso
- go = Goiás
- df = Distrito Federal
- ms = Mato Grosso do Sul

SE = Região Sudeste

- mg = Minas Gerais
- es = Espírito Santo
- rj = Rio de Janeiro
- sp = São Paulo

NE = Região Nordeste

- ma = Maranhão
- pi = Piauí
- ce = Ceará
- rn = Rio Grande do Norte
- pb = Paraíba
- pe = Pernambuco
- al = Alagoas
- se = Sergipe
- ba = Bahia

S = Região Sul

- pr = Paraná
- sc = Santa Catarina
- rs = Rio Grande do Sul

**TABELA I**  
**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS, POR ANOS DE ESTUDO**  
**SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - BRASIL, 1980.**

Grupos de idade, situação do domicílio e sexo	Total	ANOS DE ESTUDO											
		Sem inst. e menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 anos	9 a 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 a 16 anos	17 anos e mais
15 a 19 anos	13 559 304	17,03	3,47	6,25	9,52	18,47	23,75	9,45	8,63	2,95	0,48	-	-
20 a 24 anos	11 504 301	16,86	2,95	5,57	8,60	21,98	12,91	8,66	6,51	10,07	4,66	1,13	0,10
25 a 29 anos	9 436 865	19,40	3,46	6,58	9,53	24,23	9,22	7,12	3,32	9,17	3,57	3,86	0,54
30 a 39 anos	14 028 857	25,85	4,40	8,05	11,19	24,51	5,93	5,39	1,62	6,47	1,98	4,00	0,61
40 a 49 anos	10 370 932	33,37	5,08	8,69	11,70	24,09	3,68	4,43	0,82	4,26	0,90	2,60	0,38
50 a 59 anos	7 251 525	41,02	5,37	8,22	10,39	22,11	2,52	3,78	0,51	3,38	0,51	1,89	0,30
60 a 69 anos	4 468 055	51,86	5,20	7,26	8,42	17,99	1,66	2,91	0,33	2,49	0,33	1,26	0,29
70 anos e mais	27 544 488	60,34	4,42	5,90	6,32	15,55	1,20	2,54	0,24	2,05	0,28	0,91	0,25
15 anos e mais	73 374 327	27,42	4,12	7,12	9,90	21,93	9,65	6,32	3,54	5,71	1,87	2,11	0,31
15 e + (urbana)	51 843 779	17,92	3,55	6,31	9,37	24,16	12,09	8,25	4,71	7,72	2,57	2,92	0,43
15 e + (rural)	21 530 548	50,31	5,49	9,07	11,19	16,58	3,76	1,67	0,73	0,86	0,17	0,14	0,03
15 e + (homens)	36 106 778	26,29	4,44	7,35	9,96	22,15	9,95	6,43	3,51	5,17	1,86	2,45	0,44
15 e + (mulheres)	37 267 549	28,52	3,81	6,89	9,85	21,71	9,36	6,22	3,58	6,23	1,87	1,77	0,19

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN).

Idade (em anos)	% da população com 8 e mais anos de estudo
15 a 19	21,51
20 a 24	31,13
25 a 29	27,58
30 a 39	20,07
40 a 49	13,39
50 a 59	10,37
60 a 69	7,61
70 anos e mais	6,27

Idade	Estudantes de 1º grau
20 a 24 anos	553 126
25 a 29 anos	180 975
30 a 34 anos	88 710
35 anos e mais	163 630
Total (20 anos e mais)	986 441

(Cfr. G. Willadino, A melhoria do perfil educacional brasileiro e os pontos de estrangulamento, Ministério da Educação, SEPS, Brasília, 1984)

TABELA II - A

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS, POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASIL, 1980

Unidades da Federação	Total	ANOS DE ESTUDO							Média
		Sem inst. e menos de 1 ano	4 e mais	8 e mais	11 e mais	12 e mais			
Brasil	73 374 327	27,42	51,44	19,86	10,00	4,29	4,03		
Norte	1 007 907	31,94	41,01	14,71	6,52	2,08	3,36		
Roraima	201 546	34,40	36,61	9,59	3,87	1,13	2,88		
Acre	157 707	51,40	30,94	10,45	4,51	1,84	2,43		
Amazonas	752 352	33,13	42,30	15,88	7,46	2,20	3,47		
Roraima	43 956	31,04	47,36	17,25	7,33	2,01	3,66		
Pará	1 851 369	29,72	41,27	15,02	6,57	2,20	3,42		
Amapá	89 180	26,56	52,56	20,13	8,58	1,57	4,08		
Nordeste	19 614 633	49,05	31,20	11,99	5,99	2,12	2,57		
Maranhão	2 179 541	53,05	24,81	8,80	4,07	0,94	2,11		
Piauí	1 131 625	54,26	26,26	10,08	4,56	1,25	2,21		
Ceará	3 035 985	48,06	30,29	11,64	5,83	2,04	2,54		
Rio G. do Norte	1 111 058	44,90	35,77	12,39	5,88	2,38	2,82		
Paraíba	1 583 483	50,02	30,57	11,48	5,85	2,89	2,54		
Pernambuco	3 566 414	42,96	39,10	15,60	8,04	3,21	3,14		
Alagoas	1 094 247	56,70	25,84	10,52	5,37	2,13	2,23		
Sergipe	633 160	48,24	31,31	12,31	5,73	2,09	2,63		
Bahia	5 279 120	50,04	30,18	11,81	6,02	1,81	2,51		
Sudeste	34 010 779	18,09	61,29	24,89	12,95	5,85	4,81		
Minas Gerais	2 104 587	25,42	50,18	17,05	8,79	3,33	3,88		
Espírito Santo	1 237 765	25,50	52,95	20,20	10,14	3,26	4,09		
Rio de Janeiro	7 736 529	13,74	69,26	32,19	16,55	7,58	5,56		
São Paulo	16 758 775	15,92	63,71	25,72	13,54	6,48	4,97		
Sul	12 113 426	17,23	60,37	20,18	9,29	4,09	4,42		
Paraná	4 611 017	23,42	50,03	17,42	8,55	3,51	3,90		
Santa Catarina	2 257 446	13,02	64,98	20,88	7,98	3,04	4,53		
Rio G. do Sul	5 244 963	13,59	67,48	22,31	10,51	5,07	4,82		
Centro-Oeste	4 439 796	27,58	46,75	18,07	9,44	3,94	3,95		
Mato G. do Sul	810 285	27,44	46,16	15,52	7,10	3,10	3,65		
Mato Grosso	645 048	33,14	41,40	13,31	5,77	2,32	3,25		
Goiás	2 254 800	31,16	44,00	15,15	7,15	2,37	3,48		
Distrito Federal	729 663	11,76	73,00	40,18	22,30	11,11	6,34		

Fonte: Censo Demográfico de 1980 (Dados Elaborados pelo DEPLAN).

TABELA II - B

ANALFABETOS DE 15 A 19 E DE 20 A 24 ANOS, BRASIL, 1980 POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ÁREAS URBANA E RURAL

Unidades da Federação	TOTAL						URBANA					
	15 a 19 anos		20 a 24 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos	
	N.º	% (1)	N.º	% (1)	N.º	% (1)	N.º	% (1)	N.º	% (1)	N.º	% (1)
BRASIL	2 235 370	16,5	1 795 071	15,6	779 196	8,4	710 745	8,6				
RO	11 668	21,1	9 993	21,2	2 609	10,0	2 495	10,7				
AC	14 063	41,4	11 170	40,9	2 428	15,3	1 899	14,7				
AM	36 842	22,9	28 552	22,0	8 775	8,6	7 419	8,7				
RR	1 247	14,2	1 242	16,5	246	4,3	305	6,2				
FA	74 898	19,7	12 921	19,1	15 421	7,6	11 853	7,2				
AP	2 663	13,5	2 274	14,8	752	6,0	642	6,7				
MA	163 336	36,7	130 761	38,6	23 150	14,6	18 153	16,3				
PI	89 080	34,7	65 691	36,5	17 784	15,0	14 913	17,8				
CE	214 156	33,4	31 879	30,8	67 861	19,1	50 643	19,5				
RN	70 654	30,5	49 117	30,4	27 347	19,3	20 065	19,3				
PB	119 822	37,1	75 244	34,9	41 529	23,8	28 844	23,0				
PE	231 081	32,7	157 160	30,1	94 154	21,0	69 010	19,6				
AL	97 530	43,7	71 404	42,9	30 097	26,1	23 016	25,9				
SE	43 356	32,9	31 157	33,3	13 449	17,9	10 787	18,9				
BA	353 505	33,1	254 455	31,1	92 766	16,8	70 993	15,9				
MG	200 211	12,5	177 948	13,4	71 086	6,5	71 138	7,5				
ES	29 208	12,0	28 230	13,4	10 360	6,6	11 470	8,0				
RJ	79 297	6,6	80 105	6,9	55 841	5,1	60 592	6,6				
SP	125 058	4,7	161 516	6,0	94 498	4,0	129 246	5,3				
PR	83 696	9,1	80 219	11,0	27 175	5,1	28 699	6,4				
RS	25 130	5,5	21 676	5,8	10 553	4,0	9 197	3,9				
SC	42 608	4,8	43 479	5,5	20 890	3,5	22 519	4,1				
MS	23 111	14,1	18 871	14,2	9 528	8,6	8 771	9,1				
MT	26 772	20,3	23 450	20,9	8 763	11,3	8 068	12,3				
GO	69 902	15,3	59 036	16,0	26 022	8,6	21 846	9,1				
DF	6 675	4,8	9 094	6,8	6 107	4,5	8 453	6,5				

(1) Sobre a população total na renda-linha eletrônica.

Fonte: Censo Demográfico, 1980

TABELA III

POPULAÇÃO DE 20 A 24 ANOS, POR ANOS DE ESTUDO,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, BRASIL, 1980

Unidades da Federação	Total	ANOS DE ESTUDO																	
		s/inst. e < 1 ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17 ou +
BRASIL	11 504 301	16,9	2,9	5,6	8,6	22,0	4,1	4,1	4,7	8,7	2,9	3,6	10,1	1,8	1,6	1,2	0,9	0,2	0,1
RO	47 058	22,9	4,1	9,9	14,1	20,6	5,3	4,4	4,2	5,6	1,8	1,8	4,4	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
AC	27 100	46,3	3,4	4,9	6,4	13,4	3,3	2,7	4,2	6,1	2,3	2,0	3,9	0,5	0,2	0,1	0,2	0,1	-
AM	129 714	25,0	3,9	7,9	8,9	12,2	5,0	5,4	6,8	7,0	3,5	3,5	8,6	0,7	0,6	0,4	0,4	0,1	0,1
RR	7 539	20,5	3,5	6,0	8,3	18,0	5,1	5,1	7,1	8,4	4,2	3,4	9,1	0,1	0,3	0,4	0,2	0,3	-
PA	315 917	21,5	4,0	8,8	11,1	16,7	3,2	4,1	5,0	8,1	3,6	3,8	7,3	0,9	0,8	0,6	0,4	0,1	0,0
AP	15 414	15,6	2,5	5,2	9,1	17,6	4,6	6,2	7,4	10,3	5,8	4,6	9,4	0,6	0,4	0,4	0,1	0,1	0,1
MA	338 835	42,2	5,5	7,8	8,9	10,8	2,7	2,5	2,9	4,3	2,0	2,4	6,6	0,4	0,4	0,3	0,2	0,1	0,0
PI	180 017	42,7	4,5	6,8	8,2	10,2	3,0	2,7	3,1	5,4	3,0	2,8	5,8	0,7	0,5	0,3	0,2	0,1	0,0
CE	440 675	36,3	5,4	6,9	8,4	11,8	3,7	3,0	3,5	5,2	2,6	3,1	6,8	1,2	1,0	0,6	0,3	0,1	0,1
RN	161 625	31,0	3,5	5,5	8,3	16,4	4,0	3,6	4,1	5,7	3,4	3,9	7,2	1,2	0,9	0,7	0,4	0,1	0,0
PB	215 539	35,5	4,5	6,7	7,8	13,1	3,4	2,9	3,2	4,6	2,8	3,5	6,9	1,7	1,5	1,0	0,6	0,2	0,1
PE	521 975	29,8	4,3	5,1	6,9	14,7	4,3	3,8	4,1	6,2	3,1	3,7	9,4	1,4	1,3	1,0	0,6	0,2	0,1
AL	167 284	45,9	4,6	5,1	6,8	11,6	2,8	2,4	2,8	4,1	2,2	2,6	6,1	1,0	0,8	0,7	0,4	0,1	0,0
FN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	93 610	35,6	4,1	6,6	8,1	11,8	3,3	3,2	4,4	6,4	3,1	4,0	6,6	0,9	0,8	0,6	0,4	0,1	0,0
BA	816 858	38,6	4,9	6,9	7,9	12,4	2,8	2,7	3,4	5,3	2,5	2,6	7,6	0,7	0,6	0,5	0,4	0,1	0,1
MG	1 329 296	13,2	2,4	6,2	11,1	27,6	3,9	3,9	4,2	7,3	2,6	3,1	9,7	1,5	1,3	1,0	0,7	0,2	0,1
ES	210 268	12,8	2,3	5,6	8,7	25,9	3,6	3,5	4,6	8,9	2,6	3,7	13,1	1,4	1,3	1,0	0,7	0,2	0,1
RJ	1 161 271	6,8	2,0	3,9	6,5	20,5	4,2	4,6	5,5	12,2	4,0	5,5	14,4	2,9	2,7	2,0	1,6	0,5	0,2
SP	2 677 981	6,5	2,1	4,6	7,9	25,6	4,9	5,0	5,5	10,5	2,8	3,7	12,0	2,7	2,4	1,9	1,5	0,3	0,1
PR	732 575	12,1	3,1	7,2	12,0	26,2	4,1	3,9	3,9	7,9	2,2	2,8	9,4	1,5	1,5	1,1	0,8	0,2	0,1
SC	374 365	5,3	1,4	3,7	8,4	37,7	3,0	2,5	3,9	14,0	2,7	3,1	9,6	1,5	1,3	1,0	0,6	0,2	0,1
RS	791 030	5,2	1,2	3,1	7,2	32,0	3,9	5,1	6,0	11,0	3,7	4,0	10,2	2,6	2,3	1,4	0,8	0,2	0,1
MS	133 094	16,2	3,3	8,0	11,5	20,2	5,9	4,7	5,4	7,5	2,9	3,1	7,3	1,4	1,0	0,9	0,5	0,1	0,1
MT	112 110	23,0	3,5	8,2	11,2	18,2	5,5	4,3	4,7	7,2	2,6	2,8	6,1	0,8	0,7	0,5	0,5	0,1	0,1
GO	369 022	17,7	3,4	7,5	10,1	19,1	5,7	4,9	5,4	7,8	3,0	3,6	8,9	0,9	0,9	0,5	0,4	0,2	0,0
DF	134 009	6,6	2,6	3,8	5,8	16,4	4,1	4,5	6,5	13,4	3,9	6,1	17,2	2,7	2,5	1,8	1,5	0,4	0,2

Fonte: Censo Demográfico - 1980, IBGE.

POPULAÇÃO URBANA, DE 20 A 24 ANOS, POR ANOS DE ESTUDO,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, BRASIL, 1980

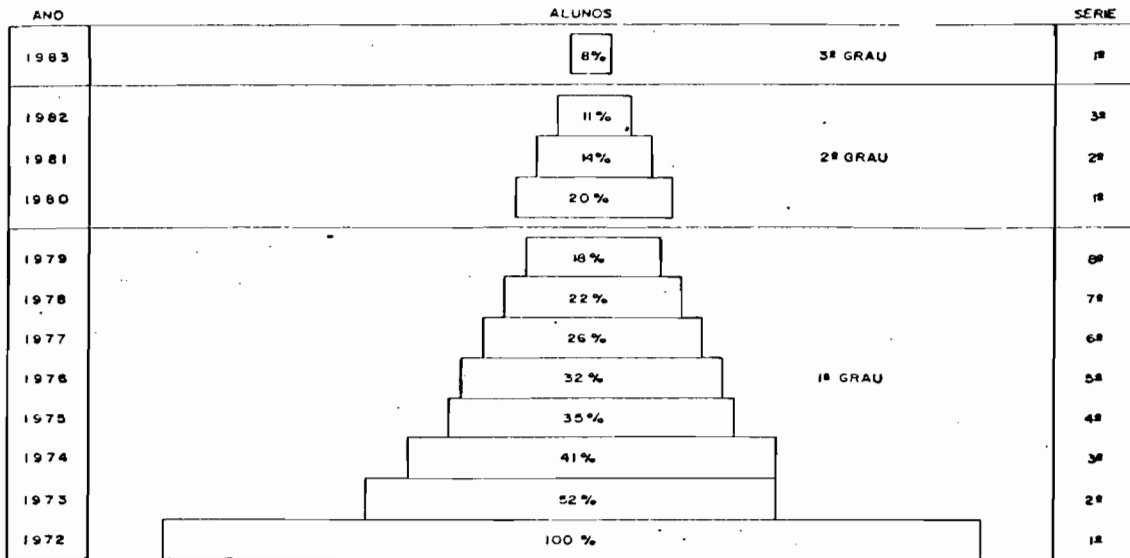
Unidades da Federação	Total	ANOS DE ESTUDO																	
		s/inst. e < 1 ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17 ou +
BRASIL	8 272 018	8,7	2,2	4,3	7,1	21,6	4,9	5,0	5,9	10,8	3,8	4,7	13,2	2,4	2,2	1,6	1,2	0,3	0,1
RO	23 168	12,0	3,3	6,7	10,3	20,1	7,9	6,5	6,8	9,3	3,6	3,4	8,5	0,3	0,3	0,3	0,5	0,1	0,1
AC	12 801	16,3	2,8	4,8	7,4	20,1	5,8	4,5	8,0	11,7	4,4	4,0	7,8	0,9	0,5	0,3	0,5	0,2	-
AM	84 913	10,0	2,7	4,9	7,4	14,0	6,9	7,6	9,7	10,0	5,1	5,3	13,0	1,0	0,9	0,7	0,5	0,2	0,1
RR	4 920	9,8	2,7	4,1	6,8	16,4	6,8	6,4	9,3	11,1	6,3	5,2	13,3	0,2	0,4	0,4	0,3	0,2	-
PA	164 302	7,8	2,4	5,1	8,0	17,1	4,5	5,9	7,4	12,3	6,0	6,4	12,2	1,5	1,4	1,0	0,7	0,2	0,1
AP	9 532	6,3	1,8	2,9	7,3	15,5	5,7	8,0	9,5	13,4	7,5	6,3	13,4	0,9	0,7	0,5	0,2	0,0	0,1
MA	111 255	17,6	3,2	5,5	7,8	13,8	4,8	4,9	5,8	8,8	4,5	5,5	14,5	0,9	0,9	0,7	0,5	0,1	0,1
PI	83 605	18,3	3,3	5,5	8,4	12,9	5,0	4,6	5,3	9,9	5,9	5,5	11,8	1,4	1,1	0,6	0,4	0,1	0,0
CE	259 671	19,4	4,0	5,6	7,8	14,2	5,3	4,4	5,3	8,1	4,1	4,9	11,1	2,1	1,7	1,1	0,6	0,2	0,1
RN	103 865	18,1	3,1	4,6	6,9	18,1	4,9	4,7	5,7	7,8	4,8	5,6	10,6	1,8	1,4	1,0	0,6	0,2	0,1
PB	125 041	21,6	3,7	5,3	6,5	13,5	4,5	4,0	4,7	6,7	4,4	5,4	11,3	2,9	2,4	1,8	0,9	0,3	0,1
PE	352 311	16,8	3,5	4,4	6,2	15,9	5,6	5,0	5,4	8,3	4,2	5,0	13,1	2,0	1,9	1,5	0,8	0,3	0,1
AL	88 581	25,9	3,9	4,7	7,2	14,2	4,4	3,8	4,4	6,7	3,8	4,6	10,7	1,8	1,5	1,3	0,7	0,3	0,1
FN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	56 873	19,0	3,4	5,8	7,7	12,9	4,6	4,5	6,4	9,5	4,8	6,2	10,5	1,5	1,3	0,9	0,7	0,2	0,1
BA	443 762	18,3	3,4	5,5	7,6	15,9	4,4	4,3	5,5	8,8	4,3	4,6	13,3	1,2	1,1	0,8	0,7	0,2	0,1
MG	947 093	6,8	1,8	4,5	8,4	27,3	4,9	4,9	5,4	9,1	3,4	4,2	12,9	2,0	1,8	1,3	0,9	0,3	0,1
ES	142 303	7,3	1,8	4,2	6,6	21,4	4,5	4,4	5,9	10,9	3,5	4,9	17,9	1,9	1,9	1,4	1,1	0,3	0,1
RJ	1 076 868	5,5	1,8	3,4	5,8	20,1	4,3	4,7	5,8	12,8	4,2	5,8	15,3	3,1	2,9	2,1	1,7	0,5	0,2
SP	2 416 829	5,8	2,0	4,1	6,9	24,4	5,1	5,2	5,8	11,1	3,0	3,9	12,8	3,0	2,6	2,1	1,7	0,4	0,1
PR	449 277	7,0	2,3	4,9	8,4	22,3	5,0	4,9	5,2	10,6	3,1	4,1	14,1	2,3	2,3	1,8	1,3	0,3	0,1
SC	233 177	3,5	1,2	2,8	6,2	28,3	3,6	3,0	4,9	17,7	3,8	4,3	13,7	2,2	2,0	1,5	0,9	0,2	0,1
RS	554 495	3,8	1,1	2,5	5,6	24,2	3,7	5,9	7,2	13,1	4,7	5,1	13,1	3,5	3,1	1,9	1,1	0,3	0,1
MS	90 514	10,1	2,7	6,2	9,5	18,8	7,0	5,7	6,8	9,5	4,0	4,1	10,0	2,0	1,4	1,2	0,7	0,2	0,1
MT	65 443	13,6	2,8	6,1	8,3	17,1	7,1	6,0	6,6	10,0	4,1	4,4	9,6	1,3	1,2	0,8	0,8	0,1	0,1
GO	240 531	9,6	2,4	5,5	8,1	17,8	7,0	6,2	7,1	10,0	4,2	5,1	12,7	1,4	1,3	0,8	0,5	0,2	0,1
DF	130 768	6,3	2,6	3,7	5,6	16,3	4,1	4,5	6,6	13,5	4,0	6,2	17,4	2,7	2,5	1,9	1,5	0,4	0,2

Fonte: Censo Demográfico - 1980, IBGE.



TABELA IV

FLUXO ESCOLAR 1º E 2º GRAUS  
 PIRÂMIDE EDUCACIONAL  
 BRASIL 1972 - 1983



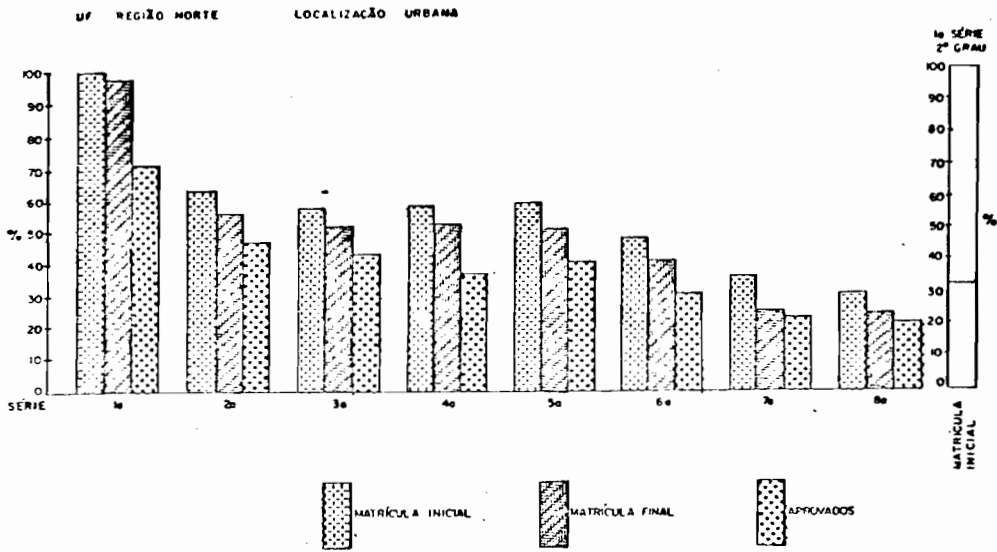
ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
 FLUXO ESCOLAR  
 1972 - 1980



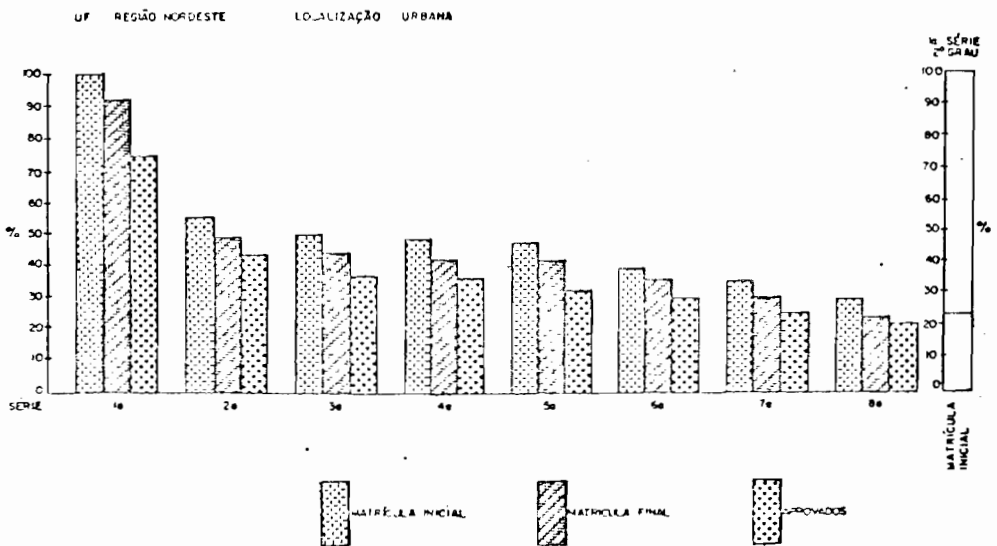
Fonte: Retrato Brasil - Educação/Cultura/Desporto 1970-1980  
 Ministério da Educação/SG, Brasília, Vol. 2

TABELA IV - A

ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
FLUXO ESCOLAR  
1972 - 1980



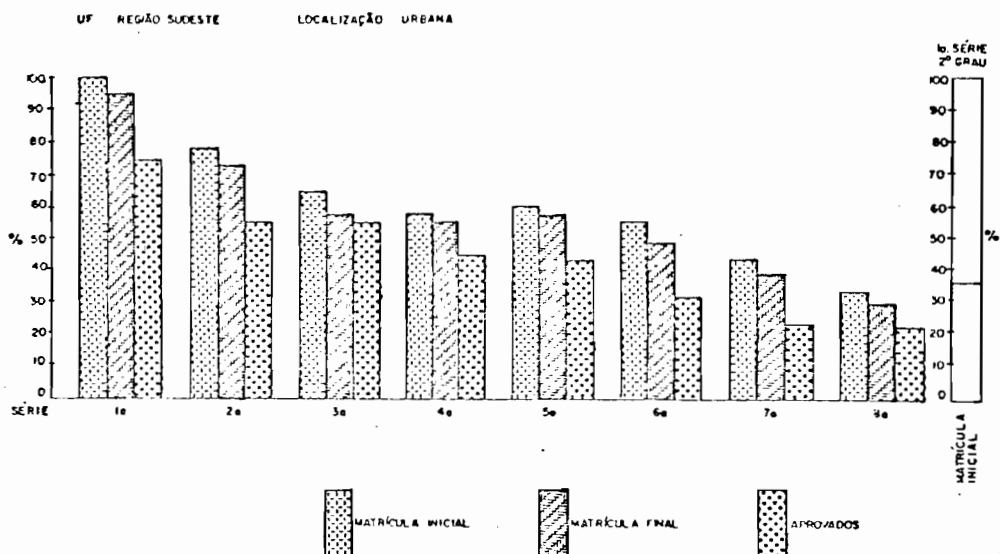
ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
FLUXO ESCOLAR  
1972 - 1980



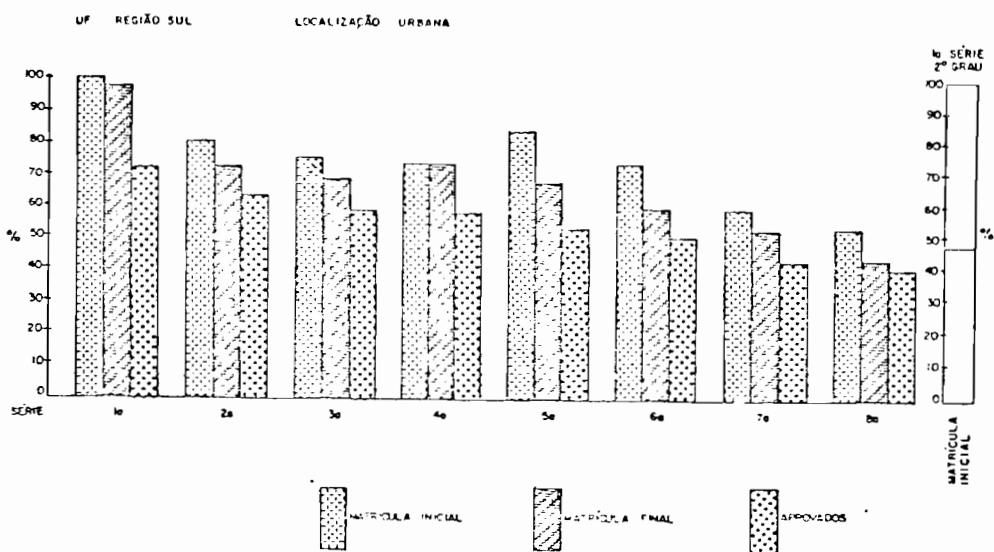
Fonte: Retrato Brasil - Educação/Cultura/Desporto 1970-1980  
Ministério da Educação/SG, Brasília, Vol. 2

TABELA IV - B

ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
FLUXO ESCOLAR  
1972 - 1980



ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
FLUXO ESCOLAR  
1972 - 1980



Fonte: Retrato Brasil - Educação/Cultura/Desporto 1970-1980  
Ministério da Educação/SG, Brasília, Vol. 2

TABELA IV - C

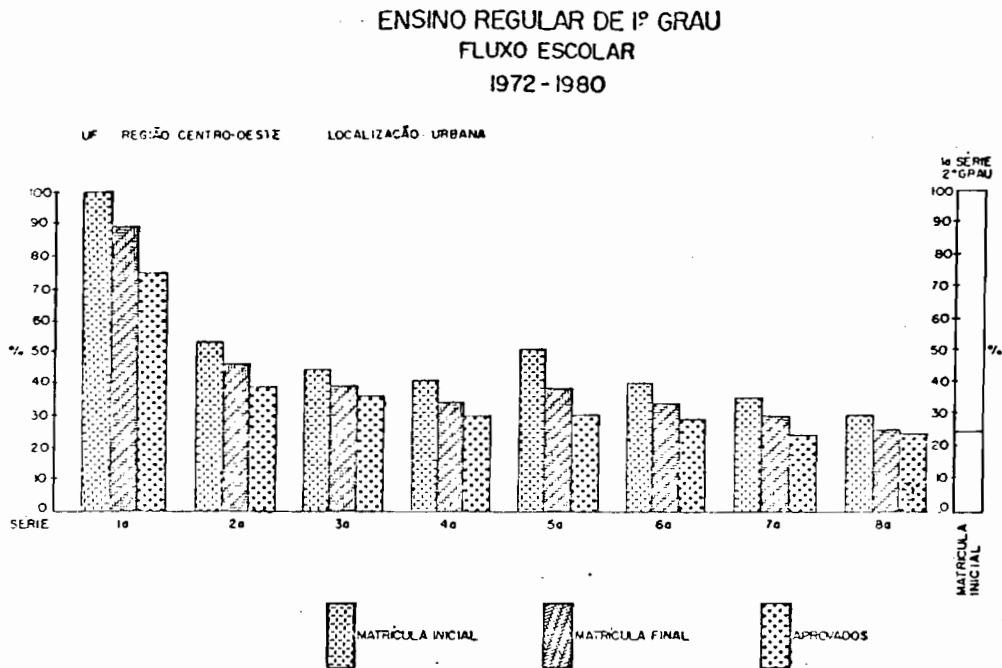


TABELA V

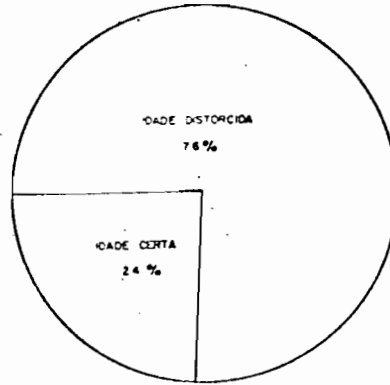
ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
ÍNDICES DE EFICIÊNCIA ESCOLAR  
COORTE - 1972/1979

REGIÃO	1ª SÉRIE 1972 (100%)	ZONA URBANA		ZONA RURAL	
		4ª SÉRIE (1975)	8ª SÉRIE (1979)	4ª SÉRIE (1975)	8ª SÉRIE (1979)
NORTE	100,0	37,6	22,9	5,6	0,6
NORDESTE	100,0	35,1	19,8	5,0	0,1
SUDESTE	100,0	47,2	27,6	11,9	1,1
SUL	100,0	57,2	40,8	23,8	1,1
C. OESTE	100,0	33,3	22,8	9,1	0,1
BRASIL	100,0	43,9	26,6	10,9	0,6

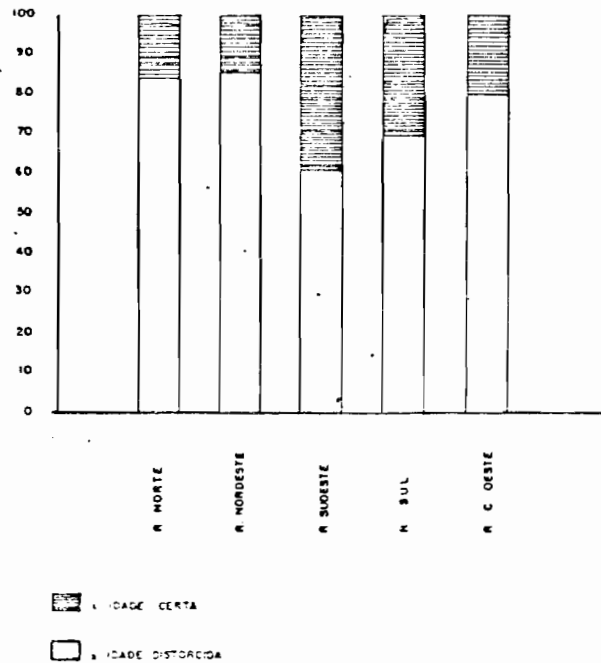
Fonte: Retrato Brasil - Educação/Cultura/Desporto 1970-1980  
Ministério da Educação/SG, Brasília, Vol. 2

TABELA VI

ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
 DISTORÇÃO IDADE - SÉRIE  
 BRASIL 1982



ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
 DISTORÇÃO IDADE - SÉRIE, POR REGIÃO  
 BRASIL 1982



Fonte: Retrato Brasil - Educação/Cultura/Desporto 1970-1980  
 Ministério da Educação/SG, Brasília, Vol. 2

TABELA VII  
 PESSOAS OCUPADAS, QUE CONTRIBUEM PARA INSTITUTO  
 DE PREVIDÊNCIA, por grupos de idade (%)<sup>1</sup>

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste
10-14 anos	2.4	2.6	0.4	4.4	3.1	2.8
15-19 anos	23.7	24.2	7.8	33.6	28.8	17.7
20-24 anos	51.8	54.3	31.6	62.0	55.2	44.7
25-29 anos	60.0	64.2	39.8	68.9	63.0	57.5
30-39 anos	59.3	60.6	37.1	69.6	64.1	55.9
40-49 anos	55.8	54.4	32.9	67.0	62.8	51.0
50-59 anos	50.5	51.2	27.5	62.8	59.7	46.6
60 anos e +	33.2	37.4	14.5	43.8	49.9	32.1

EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, COM CARTEIRA DE  
 TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR, por grupos de  
 idade (%)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste
10-14 anos	5.9	4.0	0.9	8.3	12.9	4.9
15-19 anos	32.1	28.5	11.3	40.4	48.0	21.6
20-24 anos	58.3	57.4	37.8	65.7	69.3	49.1
25-29 anos	65.2	68.6	47.6	71.2	72.6	59.9
30-39 anos	62.2	68.0	43.5	68.4	69.6	59.7
40-49 anos	56.8	61.4	39.5	62.5	66.5	52.1
50-59 anos	50.1	58.7	31.3	57.2	59.7	43.9
60 anos e +	34.4	44.8	19.5	40.6	44.9	27.1

Fonte: PNAD/IBGE, 1983.

## TABELA V III

## CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980

## ESCOLARIZAÇÃO 7-14 ANOS

Unidades da Federação	População Escolarizável	População Escolarizada	Índice %	Crianças fora da Escola
Acre-Amapá-Rondônia-Roraima	214.654	126.845	59.1	87.809
Amazonas	287.139	158.956	55,4	128.183
Pará	703.128	416.709	59,3	286.419
Norte	1.204.921	702.510	58.3	502.411
Maranhão	837.486	343.452	41.0	494.034
Piauí	434.461	208.619	48.0	225.842
Ceará	1.086.665	533.158	49.1	553.507
Rio Grande do Norte	397.079	242.783	61.1	154.296
Paraíba	565.198	290.632	51.4	274.566
Pernambuco	1.239.361	735.430	59.3	503.931
Alagoas	420.460	184.561	43.9	235.899
Sergipe	248.805	137.168	55.1	111.637
Bahia	1.888.763	876.783	46.4	1.011.985
Nordeste	7.118.283	3.552.586	49.9	3.565.697
Minas Gerais	2.484.179	1.797.479	72.4	686.700
Espírito Santo	383.408	280.669	73.2	102.739
Rio de Janeiro	1.733.551	1.485.093	85.7	248.458
São Paulo	4.018.539	3.325.628	82.8	692.911
Sudeste	8.619.677	6.888.869	79.9	1.730.806
Paraná	1.479.800	1.054.364	71.3	425.436
Santa Catarina	709.608	532.663	75.1	176.945
Rio Grande do Sul	1.296.239	1.055.231	81.4	241.008
Sul	3.485.647	2.642.258	75.8	843.389
Mato Grosso do Sul	265.507	182.186	68.6	83.321
Mato Grosso	226.306	148.728	65.7	77.578
Goiás	798.200	525.778	65.9	272.502
Distrito Federal	215.315	199.177	92.5	16.138
Centro-Oeste	1.505.408	1.055.869	70.1	449.539
BRASIL	21.933.936	14.842.092	67.7	7.091.844

